

São Paulo, 04 de dezembro de 2025.

Ofício nº 095/2025

Ao
Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo
Dr. Ricardo Nunes

Assunto: Cartão Consignado / Cartão Benefício

Encaminhamos manifestação de filiada da APROFEM, historiando e solicitando providências acerca de um tema relevante, por afetar uma significativa parcela dos servidores públicos da Capital, além de envolver uma instituição bancária acusada de irregularidades fartamente repercutidas pela mídia, e descrição de posturas restritivas e impeditivas de que os servidores interessados em desincompatibilizar-se da ligação e compromissos com a referida instituição, assim o façam quitando os seus débitos, por exemplo.

A situação se agrava com a descrição de eventual interesse de setores/pessoas da própria Administração em dificultar/impedir tais providências, posto que em algumas outras Prefeituras relata-se empenho no equacionamento da situação.

Diante do exposto, solicitamos que o senhor se digne determinar medidas saneadoras, eliminando qualquer suspeição acerca de posturas prejudiciais aos servidores que honrosamente representamos. Dentre elas:

- Urgente e rigorosa apuração dos fatos;
- Suspensão preventiva dos descontos, para análise e esclarecimento da situação de cada um, visando a regularização do compromisso assumido;
- Pronto atendimento aos interessados na mencionada quitação.

Na expectativa da melhor acolhida e pronta adoção das providências solicitadas, subscrevemo-nos,

Respeitosamente



Prof. Ismael Nery Palhares Junior

Presidente

Senhor Presidente

Venho, por meio deste, reportar a seguinte situação:

Quando da idealização do cartão consignado e, posterior, cartão benefício, as normativas e regulamentações foram redigidas e publicadas pela Administração Pública, de modo que os servidores tiveram conhecimento de que lhes seria oportunizado um cartão que lhes possibilitaria um valor em conta, a título de financiamento e um limite a título de crédito, para usar, como lhes aprouvesse, mesmo com nome negativado, e pagariam com desconto, do mínimo, em folha.

Uma licitação foi feita entre as instituições bancárias, sendo que os bancos MASTER, DAYCOVAL, PAN e BMG, foram os contemplados.

Acontece que por época das contratações, estranhamente, a "carteira" dos servidores públicos municipais, foi liberada, apenas, para o Banco Master que, entrando em contato, "abocanhou" a grande maioria, restando para os demais, as migalhas e bolsos esgotados, daqueles que viram em suas últimas ofertas, um respingo de alívio financeiro, num período de congelamento de quinquênio, margens negativadas e aumentos irrisórios.

Ano ou anos depois, de repente, os cartões das demais instituições, foram "cancelados", sem que ninguém soubesse, o que aconteceria com as dívidas contraídas, até que instituições promotoras de crédito, começaram a contatar os servidores para comprá-las. Sendo que tal intento foi possibilitado apenas para os contratos das demais instituições, pois o cartão CREDCESTA do Banco Master tornou-se "imexível" ao ser reclassificado como "cartão-benefício"!!!

Em 2023, alguns advogados descobriram uma cláusula no Contrato deste Banco que referia uma consignação vitalícia, muito, mal explicada que, dava a entender que considerava que o servidor nunca conseguiria quitar sua dívida e, para corroborar, os poucos servidores que tentaram a quitação, encontraram diversas objeções, da instituição, do tipo "como conseguiu dinheiro para quitar/" ou "houve um problema no Sistema e o seu pagamento será devolvido"...

Agora, com a prisão e posterior soltura do dono e falência do Banco Master, peço licença para reportar, aqui, uma das dúvidas, que permeiam entre nossos filiados:

"algumas prefeituras já estão bloqueando os descontos do Credcesta em folha . Os descontos em consignação na prefeitura de São Paulo continuam ocorrendo sem transparência , aplicativo do Credcesta não funciona mais e descontos indevidos estão sendo feitos . Não se consegue valor para quitação."

Sabedora, que sou, que os consignados e financiamentos são uma opção individual, porém atuando como voz daqueles que se sentem lesados e solicitando que se atente para o teor mafioso de tal transação, desde o início, peço que considere a possibilidade de oficiar, a quem de direito, no sentido de lograr informações sobre o futuro financeiro dessas negociações.

Desde já agradeço e me disponibilizo para maiores esclarecimentos, caso sejam necessários.